

LORENA RANGEL PONTES

**CONSULTORES AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE
URBANA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado do curso de política e planejamento urbano do Instituto de Política de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte partes dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista.

Orientador : Henri Acselrad

Rio de Janeiro
2012

LOREA RANGEL PONTES

**CONSULTORES AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE
URBANA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado do curso de política e planejamento urbano do Instituto de Política de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte partes dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista.

Orientador : Henri Acsalrd

Aprovado por:

Banca examinadora

Prof. Dr Henri Acsalrd

Instituto de política e planejamento urbano e Regional- UFRJ

“A civilização que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento, e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem.”

Eduardo Galeano

Dedico esse trabalho ao meu pai que mesmo na ausência se faz presente, minha mãe que nunca me ensinou a desistir e todos que acreditaram ser possível concluir mais esta etapa na minha vida acadêmica.

SÚMARIO

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 6 |
| 1.1 Abstract:..... | 7 |
| 2. Introdução | 8 |
| 3. Sociedade e Natureza | 9 |
| 4. Desenvolvimento sustentável | 11 |
| 5. Sustentabilidade urbana | 14 |
| 6. Consultores Ambientais Urbanos | 17 |
| 7. Considerações Finais | 22 |
| 8. Bibliografia | 23 |

1. Introdução

O planejamento ganhou força nas últimas décadas, justificados por esforços para (re)qualificar a gestão pública e pela complexificação das recentes intervenções públicas, principalmente a nível urbano. As cidades, que com a sua expansão passaram a incorporar novos agentes, instituições, instrumentos e práticas, muitas vezes conflitantes, se afirmam, mais que nunca, como foco central das atenções. O presente trabalho busca compreender alguns arranjos atuais que se configuram acerca do conceito desenvolvimento sustentável, o modelo urbano de desenvolvimento e o papel de alguns teóricos, de identidades variadas e que acabam por mobilizar recursos intelectuais e intervir de várias maneiras, através do posicionamento técnico, junto daqueles que em diferentes níveis, decidem e financiam o desenvolvimento urbano. Buscamos, neste trabalho, compreender o papel que alguns consultores ambientais especializados desempenham junto à arena política urbana.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade urbana. Consultores ambientais.

1.1 Abstract:

The planning has gained importance in recent decades, justified by efforts to (re) qualify the governance and the complexity of recent public interventions, especially the urban level. Cities, with their expansions began to incorporate new agents, institutions, instruments and practices, most often conflicting, claim, more than ever, as the central focus of attention. This paper seeks to understand some current arrangements that are configured on the concept of sustainable development, the urban model of development and the role of some theorists, the varied identities that end up mobilizing intellectual resources and intervene in various ways, through the technical positioning, with the managers who decide in different levels, to finance urban development. We seek in this paper, understanding the role that some environmental consultants has in the urban policy.

Keywords: Sustainable Development. Urban sustainability. Environmental consultants.

2. Introdução

O planejamento e gestão urbana e territorial sofreram significativas mudanças na América Latina nas últimas décadas e passaram a ser enxergadas como primordiais, buscando revolver as questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social urbano que passaram a ser exigidas com a intensificação do fenômeno de globalização, a modernização do estado e a interação de novos sistemas, mais complexos (serviços, informações, infra-estrutura e indústria), que caracterizam a consolidação da economia urbana dessa área. O desenvolvimento econômico, em muitos casos, não é acompanhado pelo desenvolvimento social e ocasionou um processo de urbanização acompanhado por um aumento na pobreza urbana e desigualdade social na América Latina. Nesse contexto, de novas gestões urbanas, o planejamento ambiental e as noções de sustentabilidade urbana ganham força.

Os debates sobre sustentabilidade, muitas vezes são encarado como uma fórmula para sanar os males sociais, econômicos e sociais através de um pretenso consenso social. Defende-se o meio ambiente, despolitizam-se as questões ambientais e encobrimo-se os conflitos sociais.

O ambientalismo ganhou ênfase na década de 1960, quando os debates sobre sustentabilidade se destacam junto à ideia de desenvolvimento e emergiram movimentos ambientalistas bem estruturados nos Estados Unidos, na Alemanha e na Europa. Os recursos naturais passaram a ser encarados como bens finitos e a exploração desenfreada, desses recursos, para alcançar o crescimento econômico ilimitado, questionada. O crescimento acelerado da urbanização e industrialização acentuaram os impactos socioambientais sobre a sociedade que passou a criticar nos espaços públicos as ações industriais predatórias.

Esses questionamentos culminaram na primeira conferência mundial da Organização das Nações Unidas - ONU - sobre meio ambiente, em 1972, em

Estocolmo e, vinte anos depois, a conferência das nações unidas no rio de janeiro, em 1992 (rio-92), que junto com o Relatório Brundtland terminaram por consolidar os princípios do desenvolvimento sustentável e colocou em debate uma nova questão pública global.

Nesse contexto de mudanças de gestões políticas os planejamentos urbanos ganharam força, seja através da elaboração de planos diretores, do planejamento estratégico seja através de ações de organismos internacionais que financias ou fomentam as políticas urbanas. Surgem as figuras dos consultores urbanos, *experts*¹ que atuam junto a iniciativas públicas ou privadas, fiscalizando, elaborando ou implementando ações de intervenções urbanas. Esses profissionais muitas vezes, servem para legitimar ações publicas através do discurso generalizador de desenvolvimento sustentável.

3. Sociedade e Natureza

A intensa tentativa de transformar a natureza em mercadoria resultou em uma série de problemas socioambientais. Ao aumentamos nossa capacidade de intervenção e transformação da natureza, aumentamos também o número de tensões sobre o uso dos recursos e do espaço.

O modo de produção capitalista, sua revolução industrial e seu padrão de consumo acelerado, serviram para modificar o paradigma de natureza vigente. Foram eles responsáveis pelo afastamento do homem da natureza, que aos poucos foi caminhando para as cidades. As relações de trocas foram sendo substituídas pelas de compra e de venda, surgiu à relação assalariada, a terra passou a um lugar de lucro e de especulação.

A Revolução Industrial serviu para quebrar o ritmo de trabalho do homem que se associava ao ritmo da natureza, serviu também, para afastar o trabalhador do seu artesanato, da cadeia produtiva e dos meios de produção, o torná-lo assim apenas um proletário. Desta forma se alienou a natureza, o trabalho e os homens.

¹ O termo significa especialista, perito.

A natureza e o homem passam a ser mercadoria e é “na atitude de estar por sobre as coisas e por sobre tudo, [que] parece residir o mecanismo fundamental de nossa atual crise civilizacional” (Boff, 1995).

O homem amparado pela ciência, pelo racionalismo e pelo seu capitalismo libertador, desmistificou a natureza e transformou em mercadoria e depositou sua busca na acumulação de capital e no consumismo. Este homem adquiriu uma série de conhecimentos que permitiram avanços científicos, tecnológicos e econômicos possibilitando que modificasse a paisagem e foi se esquecendo da sua condição de “ser” na natureza.

A insustentabilidade de tal modelo trouxe a necessidade de se problematizar o paradigma industrial vigente em busca de meios sustentáveis dos usos dos recursos. Surgem desta forma novas propostas de manejo que buscam, também, por meio da educação novos modelos de desenvolvimento possíveis.

É por meio do trabalho que o homem consegue realizar as transformações necessárias para extrair seus meios de existência e de produção que irão formar a base da reprodução material da vida do homem (Moreira, R. 2008, pg 178). A dimensão visível do *espaço é a paisagem*, e ela reúne, segundo Santos (1982), dois elementos: os *objetos naturais*, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele e os *objetos sociais*, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente.

Assim, ao transformar pelo trabalho, os objetos naturais em sociais, o homem acaba por criar os elementos do espaço. Esses elementos se relacionam entre si e possuem funções específicas na organização espacial. Tais funções estarão em constante transformação ao longo do movimento da história. Ao inferirmos analiticamente por sobre um determinado recorte espacial (território, região) devemos nos ater a forma (arranjo ordenado de objetos), função (tarefa de uma forma), estrutura (o modo de organização) e o processo (ação contínua do tempo) dos objetos dispostos (Santos, Milton 1985)

O espaço também deve ser entendido como sendo relacional e multidimensional capaz de abordar aspectos políticos (no âmbito do Estado, das relações de poder e na construção de territórios), econômicos (na esfera das relações de troca e na produção de mercadorias), culturais (em seus aspectos simbólicos e de identidade) e sociais (organização humana) situando sempre

historicamente o objeto de estudo. Nesse sentido, o espaço se mostra como um conceito-chave na medida em que fornece as condições para inferirmos sobre suas atuações (sob as óticas política, econômica, social e cultural) no meio ambiente.

A relação entre sociedade e natureza tem sido marcada, principalmente nos marcos da revolução industrial em diante, pela dominação e devastação desta última, por meio de uma ideologia antropocêntrica e individualista (paradigma moderno) que a coloca como objeto a ser usufruído inconseqüente e inesgotavelmente. Tendo em vista as atuais pesquisas acerca das conseqüências devastadoras do modelo capitalista de organização societária sobre o Planeta, é urgente atribuímos novos sentidos e significados a natureza. Deve-se buscar construir e desenvolver um novo paradigma civilizacional, onde homem construa um novo estado de consciência e de conexão na relação sociedade e natureza. Afinal “somos a Terra no seu momento de auto-realização e autoconsciência” (Boff, L. 2004, pg 72).

4. Desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável foi usado inicialmente em 1950 pela IUCN (World Conservation Union/Internal Union Conservation of Nature). Mas foi desenvolvido com maior intensidade através da escola francesa, designado como ecodesenvolvimento, ganhando principal notoriedade na reunião de Founex. O ecodesenvolvimento propunha observar as potencialidades e fragilidades dos sistemas que compunham o meio ambiente e estimular a participação popular.

Em 1972, em Estocolmo criou-se o Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente com o objetivo de gerenciar as atividades de proteção ambiental e o fundo Voluntário para o meio Ambiente. Muitos países passaram a estimular políticas ambientais a partir deste momento. O termo Desenvolvimento Sustentável foi oficializado com o relatório “Nosso Futuro Comum” ou relatório Brundland, onde se entendeu que a sustentabilidade deve ser abordada como um horizonte norteador de condutas, apontando as bases que deveriam ser pensadas para o futuro, destacando os esgotamentos dos recursos energéticos, as espécies

ameaçadas de extinção, e os sérios problemas energéticos e a crescente preocupação com a camada de ozônio.

Desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades” segundo a comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED). Sendo, então, os objetivos principais desse conceito: O crescimento renovável; mudanças de qualidade do crescimento; satisfação das necessidades essenciais por emprego, comida, energia, água e saneamento básico; conservação e proteção da base de recursos; reorientação da tecnologia e gerenciamento do risco; reorientação das relações econômicas internacionais.

Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável (WCED 2000, p. 59).

Vinte anos após a conferencia de estocolmo, no Rio-92, foram debatidos temas voltados a conservação ambiental, a qualidade de vida e a políticas e técnicas do desenvolvimento sustentável. Foram elaborados cinco importantes documentos nessa conferencia: convenção sobre mudanças climáticas, Convenção sobre diversidade biológica, princípios para manejo e conservação de florestas, Declaração do Rio-92 e Agenda 21.

Segundo a agenda 21 as nações buscam um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social em detrimento do modelo atual, estabelecendo um pacto pela mudança de padrão de desenvolvimento global, Consolidando-se a indissociabilidade entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente legitimando, principalmente para os países mais pobres, o direito ao desenvolvimento e a condições ambientais adequadas para as futuras gerações. Para tanto, cria duas noções-chave: sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva. Essas noções se apóiam em quatro dimensões básicas: a ética, que considera a vida da própria espécie humana e dos demais seres; a temporal, que estabelece a necessidade do planejamento a longo prazo; a

social, que busca o pluralismo político e menos desigualdade; e a prática, que propõe a mudança de hábitos de consumo e de comportamento (MMA/PNUD, 1999).

O conceito de desenvolvimento sustentável, no entanto, não cria outro paradigma, pois não se baseia em uma mudança no modelo econômico de desenvolvimento, se difunde uma cultura ambiental que preservaria as tradicionais relações de poder, tanto entre países, quanto entre grupos sociais, internamente. O debate sobre desenvolvimento sustentável representa, muitas vezes, apenas, o debate sobre o modelo de desenvolvimento que se pretende e que se quer de fato alcançar. Segundo Arraes, existe a possibilidade de que esse discurso “*tenha sido assumido, simplesmente para criar um consenso sobre uma forma de se desenvolver, mas que na prática é viabilizada dentro do discurso anterior, ou seja, muda-se o discurso ou o regime para não se perder o poder.*” (Arraes, 2000, p 2”).

O desenvolvimento econômico existe como paradigma de desenvolvimento sustentável desde o Relatório Brundtland, que torna imperativo a eliminação da pobreza para o enfrentamento da “questão ambiental” prevendo como lógica de ação a liberdade de mercado e a aplicação de tecnologia. Segundo os promulgadores desse relatório existiam relações diretas entre pobreza e desgaste ambiental, justificando dessa forma a necessidade de crescimento econômico.

A noção de sustentabilidade, que muitas vezes substitui a de progresso, busca, em vários âmbitos, garantir a reprodução do capitalismo através da sustentação de suas bases sociais abrigando-se sob a questão ambiental e abrindo novas formas de expansão através do progresso técnico e gerando novas frentes de expansão. Busca-se através do “esverdeamento do discurso” a reprodução e manutenção das estruturas dominantes oferecendo, apenas, compensações pelos danos que esse desenvolvimento pode causar, e despolitizando as questões ambientais, pois passa como verdade que basta que ocorra desenvolvimento econômico para que exista diminuição da pobreza e dos danos ambientais.

Apesar de fácil assimilação da definição mais difundida de desenvolvimento sustentável ela é vaga e não apresenta aplicabilidade. Segundo Godard existe “algo de insólito quando se constata o avanço prático de uma noção ainda tão incerta” (GODARD, 1997, p.109).

Vários autores e organizações disputam a conceituação do termo e muitas definições apresentam ambigüidades, inconsistências, contradições e imprecisões em relação ao desenvolvimento sustentável, que deve ser um produto, um processo permanente, segundo o próprio relatório Brundland, que, logo, não existe tangivelmente e torna-se tão difícil de definir.

O conceito de desenvolvimento sustentável vem-se transformando num enorme guarda-chuva capaz de abrigar uma variada gama de propostas (Costa, 1999:7). Existem autores que acreditam no desenvolvimento sustentável como um paradigma inovador, outros que o veem como um conceito fundamental nos debates atuais e outros, mais críticos, que sinalizam a existência de uma oposição entre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, pois, enquanto o último é fruto de um movimento histórico recente, altamente questionador da sociedade industrial, o primeiro é o conceito-síntese de uma sociedade cujo modelo mostra seu esgotamento (MMA/PNUD, 1999).

No entanto, algumas questões básicas precisam ser respondidas no sentido de superar tais deficiências, é preciso enfrentar a imprecisão do termo e se pensar o que deve ser sustentado, para quem e por qual motivo. E principalmente quais são as causas da degradação ambiental e da pobreza e, ainda, se as estratégias de desenvolvimento traçadas são capazes de superá-las.

5. Sustentabilidade urbana

Segundo as Nações Unidas mais da metade da população mundial vive em ambientes urbanos, este número tende a crescer, principalmente na África e na Ásia. O nível de urbanização do mundo também já ultrapassou os cinquenta por cento. Chegaram a vinte, o número de cidades com mais de dez milhões de habitantes em 2005.

Em 1900, somente um décimo dos habitantes do planeta moravam em cidades. Em 1950, esta proporção passou para pouco menos de três décimos. Em 2030, as cidades abrigarão seis décimos da população mundial, ou seja, 5 bilhões

de pessoas, contra 3,3 bilhões atualmente. A discussão sobre desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela questão da sustentabilidade urbana.

Segundo Lefebvre, partimos da cidade política: *Grega e oriental; transitamos pela cidade comercial que sofre a interseção da inflexão do agrário para o urbano tendo como base à cidade industrial e “finalmente” estaríamos passando pela zona crítica.*

A noção de sustentabilidade urbana esta intimamente ligada ao processo de reconstrução simbólica da cidade e ao processo de desenvolvimento das mesmas. O discurso ambiental está incorporado no tratamento das questões urbanas, hoje a sustentabilidade tem centralidade nas discussões sobre o desenvolvimento das cidades. *“A cidade esta fadada a ser tanto o teatro dos conflitos crescentes, como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções”.* SANTOS. 2004

As discussões sobre meio ambiente urbano ganhou força, segundo Steinberger, com o Fórum Global das ONGs, que se realizou paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), onde se afirmou que a questão ambiental era também uma questão urbana.

Segundo o Tratado sobre a Questão Urbana, *“as cidades se tornaram centros de gestão e de acumulação do capital, organizados em escala planetária, núcleos de comando de uma vasta rede que integra o urbano e o rural. Essa dimensão territorial expressa uma crescente integração das problemáticas rurais, urbanas e meio ambientais (...) o urbano se redimensiona como centro das atividades humanas e como ponto focal de processos políticos e econômicos”.* Eles afirmam que é possível construir uma vida mais digna nas cidades por meio da ampliação dos direitos de seus habitantes, mudança na gestão e na qualidade da vida urbana; construção de um meio ambiente a ser desfrutado pelas atuais e futuras gerações.

A noção de sustentabilidade remete antes à lógica das práticas, em que efeitos práticos considerados desejáveis são levados a acontecer, do que ao campo do conhecimento científico, em que os conceitos são construídos para explicar o real. Aplicada ao espaço urbano, a noção de sustentabilidade tem acionado diversas

representações para a gestão das cidades, desde a administração de riscos e incertezas ao incremento da “resiliência” – a capacidade adaptativa - das estruturas urbanas. (ACSELRAD, p. 79 ,1999.)

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável a sustentabilidade urbana tem conceituação imprecisa e baseada em uma idéia de como ela deveria ser, embora muitos avanços tenham ocorrido na metodologia de avaliação de impactos ambientais e da compreensão das ações de degradação ambiental. A sustentabilidade urbana acaba por ser um conceito “esverdeado” que serve pra legitimar diferentes objetivos e idéias uma vez que não está bem definida, não ao acaso sua definição consagrada é vaga e com pouca aplicabilidade: *uma cidade sustentável é a que preenche as necessidades de seus atuais cidadãos, sem esgotar os recursos das futuras gerações de todo o mundo.*

Alva afirma que a cidade sustentável “depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades sócio-econômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua consequência”. (ALVA, 1997). A sustentabilidade urbana, como é possível observar, está intimamente ligada ao modelo cidade-empresa, de cidade sustentável, que gerencia o desenvolvimento e produtividade com base na administração de seus recursos ambientais, sendo ineficaz muitas vezes em propor modos de requalificar a qualidade de vida e os espaços urbanos construídos.

O debate de cidade sustentável, muitas vezes, se foca apenas nos recursos naturais de determinada área e excluindo as pessoas nessa análise, desconsiderando as relações sociais e os espaços de suas reproduções. Separando, assim, as questões ambientais das questões sociais, nas discussões sobre sustentabilidade urbana, as tornando infactíveis no espaço concreto. “O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica” (MARICATO, 2002).

Segundo Acselrad existem três matrizes discursivas teóricas de sustentabilidade urbana que correspondem a representações distintas da cidade: a representação

tecnomaterial da cidade sustentável, que inclui modelos de racionalidade ecoenergética e de equilíbrio metabólico; a cidade como espaço da qualidade de vida que inclui modelos de pureza, de cidadania e de patrimônio, e a cidade como o espaço de legitimação das políticas urbanas (1999).

6. Consultores Ambientais Urbanos

Segundo o Banco mundial o termo *consultores* abrange uma ampla gama de entidades públicas e privadas, entre as quais empresas de consultoria, firmas de engenharia, administradores de obras, agentes de compras, agentes de inspeção, auditores, agências das Nações Unidas (ONU) e outras organizações multilaterais, bancos comerciais e de investimento, universidades, instituições de pesquisa, agências governamentais, organizações não-governamentais (ONGs) e pessoas físicas. Esses consultores devem prestar ajuda em diversas atividades, como, por exemplo, consultoria sobre políticas, reformas institucionais, administração, serviços de engenharia, supervisão de obras, assessoria financeira, assessoria em aquisições, estudos sociais e ambientais, assim como na identificação, preparação e implementação de projetos.

Eles devem, segundo o Banco, fornecer assessoria profissional, objetiva e imparcial, priorizando sempre os interesses do cliente, sem considerar a possibilidade de futuros trabalhos, e que, ao fornecer consultoria, evitem conflitos com outros serviços ou com os seus próprios interesses corporativos. Os consultores não poderão executar qualquer tarefa conflitante com as suas obrigações atuais ou assumidas anteriormente, ou que possa colocá-los em posição que impossibilite a realização do serviço, de forma à melhor atender aos interesses dos clientes. (2004)

No Brasil existem regulamentos ambientais em alguns estados desde década de 90 mas as auditorias ambientais ganharam projeção tanto aqui quanto em outros países latino-americanos com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO). ISO14010/96, ISO14011/96, ISO14012/96. Diretrizes

para Auditoria Ambientais – Princípios Gerais, Auditorias de Sistema de Gestão Ambiental e Critérios de Qualificação de Auditores Ambientais. Em 2002 essas normas foram substituídas pela NBR ISO 19011 – Diretrizes para auditorias de Sistema de Gestão de Qualidade ou Ambiental.

O Banco Mundial em suas normas operacionais assim define a auditoria ambiental: “Auditoria ambiental: um instrumento para determinar a natureza e a extensão de todas as áreas de impacto ambiental de uma atividade existente. A auditoria identifica e justifica as medidas apropriadas para reduzir as áreas de impacto, estima o custo dessas medidas e recomenda um calendário para a sua implementação. Para determinados projetos a o Relatório de Avaliação Ambiental consistirá apenas da auditoria ambiental; em outros casos, a auditoria será um dos componentes do Relatório.” (WORLD BANK, 1999).

A Resolução 1.836/93 da então Comunidade Econômica Européia apresenta doze possíveis temas para as auditorias ambientais: 1. avaliação, controle e redução dos impactos da atividade em questão sobre os diferentes setores do ambiente; 2. gestão, economia e seleção de energia; 3. gestão, economia, seleção e transporte de matérias-primas; 4. redução, reciclagem, reutilização, transporte e eliminação de resíduos; 5. avaliação, controle e redução de ruídos dentro e fora das instalações; 6. seleção dos novos métodos de produção e alteração dos métodos existentes; 7. planejamento dos produtos (concepção, embalagem, transporte, utilização e eliminação); 8. comportamento ambiental e práticas dos contratantes, subcontratantes e fornecedores; 9. prevenção e limitação dos acidentes de meio ambiente; 10. processos de emergência em casos de acidentes de meio ambiente; 11. informação e formação de pessoal em questões ambientais; 12. Informações externas sobre questões ambientais. O mesmo documento define auditoria ambiental como “*instrumento de gestão que inclui a avaliação sistemática, documentada, periódica e objetiva do funcionamento da organização do sistema de gestão e dos processos de proteção do meio ambiente*”. (LIMA, 2005)

Segundo a associação brasileira de consultores de engenharia uma consultoria é indispensável para assegurar qualidade, cumprimentos dos prazos e controle de custos, sendo a cidade um enorme mosaico de projetos produzidos por

Consultores de Engenharia, Urbanismo e Arquitetura, autores dos Planos Diretor do município e dos vários componentes do planejamento urbano e regional.

Eles afirmam que as auditorias ambientais têm por objetivo atestar a conformidade legal dos processos ambientais relacionados à ocupação e processos conduzidos em propriedades que abrigam ou tenham abrigado atividades potencialmente poluidoras. As auditorias permitem o levantamento das informações necessárias em curto prazo de tempo, bem como a estimativa segura de custos associados aos passivos e demais riscos ambientais - fatores que podem ser determinantes nos processos de compra e venda.

Segundo Martins, nenhuma questão global foi mais internalizada e incorporada pelos agentes do campo urbanísticos do que a questão ambiental. Essa incorporação não se deu apenas pelo reconhecimento público mais também acelerou as questões institucionais com a criação de burocracias específicas, a formulação de instrumentos e a implementação de práticas específicas nos planos diretores estratégicos e a agenda 21. (MARTINS, 2006.)

A exigência crescente do mercado por organizações que adotem um modelo de gestão sustentável tem levado a uma busca para atender as legislações ambientais aplicáveis e satisfazer os interesses dos consumidores por produtos ambientalmente corretos. O marketing verde faz com que empresas tenham iniciativas ambientais sem que haja um comprometimento ou resultados significativamente reais. A ação dos consultores, que antes se restringia a gestão de finanças públicas, se expande na condução da gestão pública moderna, nas duas últimas décadas.

Os consultores, possuidores do saber especializado, muitas vezes servem para legitimar políticas públicas. Eles aproximam o saber científico das decisões políticas na sociedade. E atuam como assistentes técnicos para aqueles que em diversas escalas financiam o desenvolvimento urbano. Essa legitimação se faz necessária frente à ingovernabilidade e incertezas do mundo moderno, particularmente em relação aos projetos urbanos.

No campo urbano, particularmente, temos os experts do desenvolvimento Urbano e são os organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, principalmente o Banco Mundial, que incentivam o crescimento desse mercado de consultoria.

A partir da noção de produtividade urbana o Banco Mundial prega que cada cidade, a global city, deveria atuar como uma empresa individual, operando nos mercados regionais e globais através de estratégias competitivas para atração de investimentos. “A maneira como as cidades gerenciam seu desenvolvimento, incluindo a atração de indústrias, é de grande importância na determinação do nível de desenvolvimento econômico. Governos urbanos podem incentivar o desenvolvimento econômico assim como podem provocar retrocessos” (WORLD BANK, 2000, p. 126).

A gestão da cidade pode então ser feita a partir do instrumental e práticas da empresa privada como o planejamento estratégico e o marketing, uma vez que o espaço urbano é transformado em mercadoria, bem como os cidadãos em consumidores da cidade. (ARANTES, VAINER e MARICATO, 2000).

A apropriação da idéia de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade urbana visa o aumento da eficiência na implantação dos estudos elaborados e disseminados globalmente. O uso deste artifício pode ser observado no trabalho de Leite ou de Pesci nos seguintes trechos.

As cidades mais desenvolvidas são as cidades mais sustentáveis, inclusive socialmente. Mais verdes e mais includentes. São normalmente as mais antigas pertencentes a países desenvolvidos, de primeiro mundo. Ali os maiores dramas já foram resolvidos e há, agora, oportunidade e recursos para implementação de melhorias que as megacidades emergentes (...) estão muito longe de poder buscar. (LEITE, 2010, p. 2.)

O crescimento das cidades será o modelo econômico de desenvolvimento no futuro. Isso porque é nas megacidades que acontecem as maiores transformações, gerando uma demanda inédita por serviços públicos, matérias-primas, produtos, moradia, transportes e empregos. Trata-se de um grande desafio para os governos e a sociedade civil, que exige mudanças na gestão pública e nas formas de governança, obrigando o mundo a rever padrões de conforto típicos da vida urbana - do uso excessivo do carro à emissão de gases. (LEITE, 2010^a, p.3)

En la búsqueda de una síntesis entre medio ambiente y desarrollo, para un manejo adecuado (cíclico) de los recursos y una mayor gobernabilidad de los conflictos, se coloca lo que hoy llamamos desarrollo sostenible, que para las ciudades es un desarrollo capaz de sostener su crecimiento con modelos más homeostáticos de

utilización de recursos, compatibles con cualidades de vida más y más humanas para todos los habitantes. (PESCI, 2002, p. 55)

Através da competência científica, que não são necessariamente saberes elaborados pelos próprios, que lhe é creditada os consultores atuam de maneira autônoma para demonstrar sua opinião sobre um problema ou um novo modelo, difundindo desta forma normas e métodos de ação, harmonizando os discursos e explicações, sem nuances, constituindo um todo, uma política urbano-ambiental que não contribuem para mudanças.

As consultorias se constroem como local de circulação de experiências locais que são comparadas entre elas e se constroem a ideia de cidades modelos. Tanto Leite (2010) e Pesci (2002) citam em seus trabalhos cidades modelos que vão desde megalópoles a cidades médias citando tanto exemplos locais quanto internacionais. Eles partilham então de conceitos prontos de leitura, o que elucida a homogeneização que se instaura no meio da interpretação dada às políticas urbanas.

O estado se tornou grande consumidor desses *experts*, ao se escorar sobre recursos externos, o estado ganha a aparência de mais democrático e ajuda a legitimar suas ações e decisões diante principalmente da complexificação do cenário político urbano. É comum a menção da necessidade de se planejar. Leite, por exemplo, exalta a necessidade de um planejamento estratégico.

As metrópoles são o grande desafio estratégico do planeta neste momento. Se elas adoecem, o planeta fica insustentável (...) as metrópoles contemporâneas compactas – densas, vivas e diversificadas nas suas áreas centrais – propiciam um maior desenvolvimento sustentável, concentrando tecnologia, novas oportunidades de crescimento, gerando inovação e conhecimento em seu território. (LEITE, 2010, p. 2)

Pesci não só legitima o modelo de gestão de Porto Alegre como garante que

La continuidad política de la gestión (...) parecen garantizar la gobernabilidad del proceso y su sostenibilidad hacia el futuro. La discontinuidad política en Asunción cambió el esquema de decisiones, perdió algunos de sus principales líderes y es difícil vaticinar como terminará esta historia.” (PESCI, 2002. P.70)

7. Considerações Finais

A industrialização do sistema capitalista não teve como preocupação o ordenamento igualitário, territorialmente e economicamente nas cidades. A sustentabilidade desta forma não pode considerar o urbano como um espaço totalizado e homogêneo, menos, desconsiderar o sistema político e social que as mesmas estão incluídas.

Medir o real impacto da ação de consultores, agências internacionais e organizações não-governamentais e de financiamentos ainda é uma tarefa difícil, mas é um esforço que precisa ser buscado.

A propagação da utilização de expertise aumenta a necessidade de se investir em um trabalho de exaltação do território e das ações locais. Desta forma se valoriza os fóruns especializados e profissionais, a produção de uma vasta literatura e praticas de análises, diagnósticos, avaliações e projetos. Em algumas cidades existe uma vasta produção de consultorias que são quase irrefutáveis.

As políticas urbanas se complexificaram ao inserir um maior numero de agentes, criando um cenário onde as políticas públicas parecem enganosamente como hegemônicas. Ao se pensar na relação entre consultores e ações publicas e necessário se pensar sobre a natureza destas relações. Quem esta produzindo estes saberes? Para qual uso? E Quais são suas conseqüências na gestão pública? Nesse estudo buscou-se contribuir para esclarecer alguns pontos sobre como se conduz a gestão nas cidades frente a esse mercado, muitas vezes bem consolidado, de consultoria internacional e o papel que esses consultores ambientais vem desempenhando junto a diferentes níveis de gestão urbana.

8. Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, Contradições Espaciais E Sustentabilidade Urbana. Revista Paranaense De Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004

_____ Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais Publicação Semestral Da Anpur (Maio/Novembro). Número 1, Maio De 1999

ALVA, Eduardo Neira. 1997. Metrôpoles (In)Sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Marcos Valério,1997. 'Auditoria Ambiental – Emergente Forma de Controle do Patrimônio Público'. In: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BANCO MUNDIAL - Diretrizes Para Seleção e Contratação de Consultores Pelos Mutuários do Banco Mundial, Maio 2004. Em:http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam2/Repositorio/222/Documentos/DiretrizesConsultores_Maio2004_revisadasOut2006.pdf

BATISTA, I.H, e ALBURQUERQUE. C.C *Desenvolvimento Sustentável: Novos Rumos para a Humanidade*. Revista Eletrônica Aboré Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo - Edição 03/2007

BARONI, Margaret. Ambigüidades e Deficiências do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. 1992 em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901992000200003.pdf

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma Introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CARVALHO, Isabel C.M. & TONIOL, R. Ambientalização, Cultura E Educação: Diálogos, Traduções e Inteligibilidades Possíveis Desde Um Estudo Antropológico da Educação Ambiental. RS: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande, 2010.

CIDADES SUSTENTÁVEIS - memória do encontro preparatório. São Paulo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 1997.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Relatório Brundtland - "Nosso futuro comum". – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Fórum Brasileiro de Reforma Urbana. Tratado sobre a questão urbana: por cidades, vilas e povoados, justos, democráticos e sustentáveis. *Pólis*, nº 16, 1994, São Paulo.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação- In: Paulo Freire Vieira e Jacques Weber (Org.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

GLIGO, Nicolo, 1997. 'Institucionalidad publica y políticas ambientales explícitas y implícitas'. In: Revista de la CEPAL, n.º 63, dezembro de 1997.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Do desenvolvimento (in) sustentável à sociedade sustentável. In: RIO 92 - 5 anos depois. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

LEFEBVRE, Henri. 1901 – *O direito à cidade*; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 1999.

LEITE, Carlos. Cidades compactas: concentração de tecnologia, inovação e conhecimento. *Revista Conhecimento e Inovação*, v. 4, p. 1-1, 2008.;

LEITE, Carlos. Cidades 2010 + 25. *AU. Arquitetura e Urbanismo*, v. 25, p. 104-107, 2010a;

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis? Desafios e oportunidades. *ComCiência (UNICAMP)*, v. 118, 2010;

LEITE, Carlos. São Paulo, megacidades e redesenvolvimento sustentável: uma estratégia propositiva. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 2, p. 117-126, 2010;

LIMA, Luiz Henrique. de M. O TCU e as auditorias ambientais. *Revista do Tribunal de Contas da União*. 2005. Disponível em <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/1695/ArtigoLuizHenriqueLima.pdf>

MAGALHAES, Roberto Anderson Miranda. *A Construção da Sustentabilidade Urbana Obstáculos e Perspectivas*. III Encontro da ANPPAS, maio de 2006. Brasília - DF

MARTINS, Jeová Dias. *As Regras da Metrópole. Campo Urbanístico e Ordem na Região Metropolitana de São Paulo*. Brasília, 2006.

MMA/PNUD – Parceria 21: IBAM/ISER Formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 21 – Cidades Sustentáveis da Agenda 21 Brasileira, mimeo. 1999.

PACHECO, Regina Silva. et al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. Espaço & Debates, no 35. São Paulo, 1992.

PERREIRA, Miguel. O Futuro das Cidades: A Insustentabilidade da Cidade Desigual - Revista espaço acadêmico – nº 56 – janeiro de 2006.

PESCI, Rubén. “Desarrollo sostenible en ciudades intermedias: testimonios en América Latina”. En: CEPAL. Las nuevas funciones urbanas: gestión para la ciudad sostenible. Serie Medio Ambiente y Desarrollo No 48. 2002

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. PLANIFICACIÓN AMBIENTAL. Ministerio de Educación Superior Universidad de La Habana. *La Habana, 2008*

SACHS, Wolfgang. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental. Teoria e Prática. São Paulo, Oficina de Textos, 2004.

SILVA, Solange Teles. Políticas Públicas e estratégias de sustentabilidade urbana. Série grandes eventos – meio ambiente em: http://www.ufpa.br/numa/pos_graduacao/PROFIMA/GestaoCidades2011/SolangeTeles_Políticas-Pub-Sustentabilidade.pdf

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005.

WERNA, Edmundo. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. *Espaço & Debates*, v. 16, n. 39, p. 10-22, 1996.

VIANNA JR., Aurélio. (Org.). *Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

VIOLA, Eduardo José. A problemática ambiental no Brasil (1971-1991): da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1991.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 97-107, 2008.